CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPUBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 483/96 -Ap.Processos CEE nºs 1167/91,(Vol. I e II) 463/93 (Vol.I e II) e 660/94 - SE 347/94 (Ap. Proc. SE 304/9900/94)

INTERESSADO: Núcleo de Ensino Supletivo Piratininga

ASSUNTO: Relatório das Atividades - 1995/1996

RELATORES: Cons^a Marilena Rissutto Malvezzi e Cons. Arthur Fonseca Filho

PARECER CEE Nº 452/96 - CEPG/CESG - Aprovado em 30-10-96

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 O presente processo refere-se ao Relatório da experiência pedagógica desenvolvida pelo Núcleo de Ensino Piratininga, no ano letivo de 1995/96, encaminhado pela 12^a DE a este Colegiado.

1.2 O Parecer CEE nº 276/92 afirmou, em defesa da experiência, que era fundamental "insistir na prioridade de acompanhamento da experiência pedagógica 'pari passu' por parte da supervisão da DE competente, informando a este Colegiado do andamento da experiência pedagógica ora autorizada. Esta informação, através de relatório circunstanciado, é fundamental para a autorização da escola ou sua cassação , caso os objetivos colimados não sejam atingidos".

Ainda estabelece o referido Parecer que "a mantenedora, portanto, deverá encaminhar relatórios anuais circunstanciados à supervisão que, após analisá-los e tendo em vista o acompanhamento feito no decorrer daquele ano, encaminhará a este Colegiado para análise e aprovação, o que determinará a continuidade dessa experiência pedagógica".

1.3 Com a finalidade de suprir as lacunas nas informações que deveriam constar desses relatórios, deve a Delegacia de Ensino atender aos seguintes pontos:

1.3.1 Anexar o relatório da escola, referente a 1995/96, de acordo com o Artigo 7º da Deliberação CEE nº 05/95.

1.3.2 No item DA QUALIDADE DO PROCESSO PEDAGÓGICO consta que "a experiência adquirida se reflete em aprimoramento constante do trabalho":

a) solicitamos que a supervisão identifique, no trabalho pedagógico da escola, áreas onde observou que houve esse aprimoramento;

b) identifique a sistemática de trabalho utilizada, quando afirma que a qualidade tem sido sempre acompanhada pela supervisão.

1.3.3 No item DA QUALIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

a) como a escola atende à clientela com segurança? Quais mecanismos e cuidados ela toma para atender com segurança? Por que é preciso ter segurança ao atender à clientela dessa escola?

b) que sistemática de trabalho a escola desenvolveu, que torna ágil o atendimento à clientela? Em que essa agilidade interfere na qualidade do trabalho? Que processo foi percorrido para que a supervisão considere que houve amadurecimento?

1.3.4 No item DOS RESULTADOS OBTIDOS NO ANO ANTERIOR:

considerando que o relatório da supervisão analisa os dados estatísticos e conclui informando o período médio de conclusão por disciplina, concluimos que há possibilidade de se destacar num quadro de matrícula, os seguintes dados:

- nº de matrículas por disciplina e por grau;
- nº de dias de frequência para conclusão;
- menor frequência - quantos alunos?
- maior frequência - quantos alunos?
- frequência média - quantos alunos?

Na mesma tabela, informar, também, a idade desses alunos, de modo que possamos perceber, por exemplo, quantos alunos com idade de 14 anos concluíram determinada disciplina, em quantos dias, ano a ano.

Esta informação é importante para a avaliação do objetivo inicial do curso, ou seja : "suprir a escolaridade regular de 1º e 2º graus, para adolescentes e adultos que não os tenham seguido ou concluído na idade própria".

1.3.5 Quanto ao funcionamento da escola, a Delegacia de Ensino deve, ainda, tomar a providência de esclarecer os pontos levantados pelo Parecer CEE nº 1.076/93, que havia determinado sindicância e que acabou não ocorrendo, vindo a este Conselho relatório da diligência. Mesmo com o deferimento do recurso da mantenedora contra a sindicância, o citado relatório não esgota a avaliação dos problemas detectados no funcionamento da escola. Concluimos que tais questões precisam ser retomadas e esclarecidas pela Delegacia de Ensino.

1.4 Quanto aos RELATÓRIOS das atividades, temos a seguinte situação:

1992/1993 - foi analisado pela equipe de supervisores, mas não foi examinado pelo CEE;

1993/1994 - foi analisado pela equipe de supervisores, mas não foi examinado pelo CEE;

1994/1995 - nada consta (não foi encaminhado);

1995/1996 - foi analisado pela equipe de supervisores, mas não veio anexado o relatório, portanto, não foi possível analisar.

1.4.1 O relatório consolidado dos anos de experiência pedagógica deverá conter, na introdução, uma análise do cumprimento dos objetivos gerais dos cursos da escola, conforme consta no Artigo 7º do Regimento Escolar; e, ainda, informações sobre:

a) o corpo docente e os serviços de apoio técnico-pedagógico (habilitação, forma de contrato, horário de trabalho, frequência etc);

b) o serviço de orientação de aprendizagem, com o nº de alunos atendidos em média, por dia, tipo de orientação fornecida e tipo de problemas encontrados;

c) o serviço de orientação pedagógica, de acordo com o que definem os Artigos 23,75 e 76 do Regimento Escolar;

d) o serviço de orientação educacional, de acordo com o que prescreve o Regimento Escolar;

e) a biblioteca escolar, contendo os principais livros e publicações que foram adquiridos nos dois últimos anos;

f) o funcionamento do laboratório, com a relação das principais atividades que foram desenvolvidas como complementação e fixação da aprendizagem;

g) o serviço médico em Educação Física, com o número de alunos examinados, o nº de dispensas médicas e o tipo de dispensa;

h) análise da escrituração escolar, conforme consta do Artigo 48 do RE;

i) a avaliação da aprendizagem:

- tipo de avaliação;

- tipo de controle para aplicação e correção;

- tipo de padronização, aplicação;

- intervalo entre uma avaliação e outra, na mesma disciplina;

j) o Plano Escolar homologado, implementado entre 95/96, que atenda ao previsto nos Artigos 73 e 74 do Regimento Escolar;

l) a frequência de alunos que se beneficiaram do contido no Artigo 83, Parágrafo único e Artigo 86, organizando-se os dados num quadro completo, desde o início do curso até a presente data, contendo ; ano cursado, número de alunos, disciplina cursada, resultado obtido etc;

m) quadro geral de matrículas, evasão, retenção, promoção; quadro geral de concluintes por ano e por grau, indicando sexo, idade, separando:

- alunos da escola;

- alunos recebidos por transferência, de outras escolas;

n) os processos de adaptação (quando houve discrepância entre os componentes curriculares e/ou conteúdo programático das disciplinas ou atividades das escolas de origem);

Tendo em vista que o processo de adaptação termina com a avaliação feita pelo professor, informar que outros procedimentos antecedem essa avaliação;

o) quadro geral de eliminação de disciplinas:

- por ano e disciplinas eliminadas;

- nº de alunos que requereram matrícula, apresentando atestado de eliminação de disciplinas em Exames Supletivos realizados pela SEE de S.P. e, em separado, oriundos de outros Estados ou escolas semelhantes;

p) modo como são atualizados os testes de sondagem das disciplinas, o nº de testes realizados nos diferentes graus e os resultados obtidos;

q) avaliação detalhada das Unidades de Ensino oferecidas como instrução personalizada quanto aos seguintes aspectos:

- adequação das Unidades de Ensino aos conteúdos previstos nos Planos de Ensino;

- organização e sequência dos conteúdos de modo a atender os princípios de instrução programada e ao estudo dirigido;

- facilidade na leitura e interpretação pelos alunos;

- presença de exercícios e indicação de outras leituras e trabalhos de enriquecimento e aprofundamento de estudos;

r) utilização do critério de "dias de estudo" nos relatórios da escola e o que consta nos Quadros Curriculares (1º e 2º graus) aprovados;

s) a clientela, principalmente tendo em vista que o item 5 do Parecer CEE nº 276/92, que aprovou a experiência levou em consideração, entre outros, o seguinte objetivo: "atendimento a muitos chefes de família que estão engajados no trabalho...";

t) existência ou não de outras unidades funcionando (local, em convênio com empresas ou não) e a metodologia adotada em cursos profissionalizantes,

1.5 para que a equipe de supervisão da Delegacia de Ensino tenha plenas condições de oferecer relatório substanciado das atividades da escola, proponho que o presente retorne à 12ª DE da Capital, para complementação do enviado a este Colegiado.

2. CONCLUSÃO

À vista do exposto, nos termos deste Parecer:

2.1 considerada a vigência da Del. CEE nº 05/95, está encerrada a experiência pedagógica do Núcleo de Ensino Supletivo Piratininga continuando o Núcleo a funcionar nos termos da citada Deliberação.

2.2 Deve a 12ª DE encaminhar a este Colegiado, no prazo de 60 (sessenta) dias, relatório circunstanciado e parecer conclusivo sobre as atividades da experiência pedagógica do Núcleo de Ensino Supletivo Piratininga.

São Paulo, 04 de setembro de 1996

a) *Cons^a Marilena Rissutto Malvezzi*
Relatora da CEPG

a) *Cons. Arthur Fonseca Filho*
Relator da CESG

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto dos Relatores.

Presentes os Conselheiros: Eliana Asche, Francisco Antonio Poli, Marilena Rissutto Malvezzi, Nacim Walter Chieco e Raquel Volpato Serbino.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 11 de setembro de 1996.

a) *Cons. Nacim Walter Chieco*
Presidente da CEPG

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o voto dos Relatores.

Presentes os Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, Dárcio José Novo, Eraldo Aurélio Franzese, Mauro de Salles Aguiar, Pedro Salomão José Kassab e Sonia Aparecida Romeu Alcici.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 09 outubro de 1996

a) *Cons. Pedro Salomão José Kassab*
Presidente da CESG

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão das Câmaras do Ensino do Primeiro e Segundo Graus, nos termos dos Votos dos Relatores.

Sala "Carlos Pasquale", em 30 de outubro de 1996.

FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Presidente